

Agriculturas e desenvolvimento: uma discussão a partir da Agroecologia

Agricultures and development: a discussion based on agroecology

Sabine Ruth Popov Cardoso *

* Geógrafa – Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília

End. Eletrônico: sabinepopov@hotmail.com

Recebido em 30.07.2014

Aceito em 02.10.2014

RESENHA

Sérgio Sauer e Moisés V. Balestro (Orgs). ***Agroecologia e os desafios da transição ecológica***. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328p. : tabs, fots., maps. ISBN 978-85743-131-1.

A coletânea ***Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*** é uma obra que surge a partir de trabalhos apresentados no seminário “Agriculturas e desenvolvimento: perspectivas e possibilidades da agroecologia”, ocorrido em 2009, na Faculdade de Planaltina, da Universidade de Brasília. Ela reúne nomes que muito contribuem para o debate acerca da agroecologia e do desenvolvimento. Os organizadores são Sérgio Sauer, doutor em Sociologia, e Moisés Balestro, doutor em Ciências Sociais, ambos professores e pesquisadores da Universidade de Brasília. São destaque para os diferentes autores a transição e a ruptura agroecológicas. Ambas são ressaltadas no confronto com o paradigma da “revolução verde”, ora vigente como modelo dominante de agricultura e desenvolvimento rural. A transição agroecológica é apresentada como possível mudança para a sustentabilidade na agricultura, e para a segurança e soberania alimentares. Já a ruptura agroecológica segue uma lógica semelhante, mas com argumentos de quebra imediata na forma atual de lidar com a produção de alimentos.

Os pesquisadores inseridos na publicação, com diferentes formações e campos de pesquisa, contribuem para um debate que abrange temas como transição agroecológica, políticas públicas, soberania alimentar, ecologia política e economia. Em discussão está também o desenvolvimento, complementado com

reflexões sobre uma possível transição agroecológica. Os textos reunidos no volume contribuem para o debate sobre agricultura, agroecologia e sustentabilidade.

O livro está dividido em oito capítulos, é precedido de texto introdutório e nota final que muito contribuem para a reflexão a partir do tema agroecologia. A inviabilidade econômica, social e ambiental construída pela denominada “Revolução Verde” é posta como premissa para outro paradigma de produção e consumo de alimentos. O debate acerca da transição agroecológica expõem formas de mudança no âmbito agroalimentar com fins de segurança e soberania alimentar. A transição apresenta-se como alternativa que garante alimentos saudáveis e justiça econômica e social para as comunidades envolvidas com a agricultura, além de confrontar um modelo que gera histórica degradação ambiental. O Capítulo 1, “Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible: La necesidad de una agroecología política”, de Manuel González de Molina, especialista em agroecologia, professor e pesquisador da Universidad Pablo de Olavide – Espanha, analisa a construção teórica da Agroecologia, sugerindo a necessidade de retomar a ecologia política, a partir da necessidade de adotar um enfoque holístico e transdisciplinar na formulação de políticas e ações mais abrangentes para a Agroecologia. É importante destacar que Molina recomenda a superação de experiências locais, para que se passe a um debate amplo sobre segurança alimentar e meio ambiente. Ao afirmar a urgente necessidade do debate sobre a sustentabilidade agrária na Agroecologia, aponta carências no denominado movimento agroecológico, que deveria estar mais próximo de um debate político, com capacidade de fortalecer propostas e ações. Molina pretende ampliar a discussão sobre uma reforma agrária que não atenda ao modelo produtivista, mas que atenda às necessidades alimentares e ambientais. Por fim, aponta que as experiências agroecológicas têm potencial de gerar conflitos, e que conflitos sempre farão parte de situações que requeiram mudança em sistemas socioambientais.

O Capítulo 2, “Ecología política del desarrollo sostenible”, elaborado por Laura Elena Trujillo-Ortega, professora pesquisadora da Universidad Autónoma Chapingo, México, busca, a partir da construção do pensamento agroecológico no México e dos seus principais autores, mostrar a integração de estudos sobre agricultura e desenvolvimento, com fins de democracia e soberania alimentar. A autora apresenta a agroecologia como uma perspectiva de mudança na produção para atingir um desenvolvimento rural sustentável, partindo de relações interdisciplinares que satisfaçam as necessidades socioambientais dos sujeitos envolvidos na discussão agrária.

No Capítulo 3, “Agroecología y desarrollo rural en México: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberanía alimentaria”, os autores Carlos Guadarrama-Zugasti, Laura Trujillo-Ortega, e César Ramirez-Miranda, pesquisadores de la Universidad Autónoma Chapingo, México, debatem democracia e soberania alimentar a partir da integração de estudos sobre agricultura e desenvolvimento. Expõem, de forma cronológica, concepções de agricultura, a partir de diversos



autores nos últimos 20 anos, revelando conceitos fundamentais para a compreensão dos princípios agroecológicos. Após a análise conceitual da Agroecologia, discutem estudos sobre desenvolvimento rural, sobre os quais é exposto o cruzamento interdisciplinar. Rompem com uma visão exclusivamente produtiva e caminham para uma pluralidade conceitual que envolve soberania alimentar, democracia, mudança social, políticas públicas, igualdade e gênero, levando a uma ideia de desenvolvimento rural alternativo. Sempre apresentando exemplos de mudança de atitude para o desenvolvimento rural no México, os autores buscam analisar a relação entre democracia e soberania alimentar, a partir de ações abrangentes, com a premissa de que a alimentação é um direito e com base em comportamentos cidadãos, que deveria ocorrer forma participativa.

As reflexões de Shigeo Shiki, professor titular e doutor do instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, no Capítulo 4, “Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano”, questionam as inovações tecnológicas para o desenvolvimento humano na agricultura, com produção, inclusão social e sucesso econômico. São apresentados os impactos dessas inovações nas populações locais e na economia. A agroecologia é apresentada pelo autor como estratégia, devido ao baixo custo de capital e ao acesso mais fácil por agricultores pauperizados pelo histórico de agricultura no país. Além disso, Shiki a entende como recurso tecnológico e potencial biotecnológico, baseada em conhecimentos locais e ecológicos, e sugere a sua utilização em políticas sociais e políticas públicas, como ferramentas de inclusão.

O Capítulo 5, “Transição Agroecológica no desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira”, elaborado por Claudia Job Schmitt, doutora em Sociologia, professora do programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), explora elementos de compreensão da Agroecologia e da transição agroecológica como uma construção social. Apresenta e discute o vínculo entre transição agroecológica, campesinato, agricultura familiar e desenvolvimento rural. Ao apontar dificuldades teóricas e metodológicas encontradas para o enfoque sistêmico da agroecologia, afirma a necessidade de passar do conceito de conversão para o redesenho dos sistemas, incluindo não só práticas agrícolas de base ecológica, mas envolvendo elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Afirma que a sustentabilidade e os modos de vida sustentável estão presentes na transição agroecológica, mas que ela ainda é um elemento em construção, em um processo de luta por autonomia para camponeses e agricultores familiares.

O Capítulo 6, “Do desenvolvimento forasteiro ao envolvimento dos povos-ecossistemas: a perspectiva das reservas extrativistas no cerrado brasileiro”, elaborado por Carlos Eduardo Mazzetto Silva, engenheiro agrônomo, doutor em Ordenamento Territorial e Ambiental (Geografia/UFF) e professor da FAE/UFMG, faz breve histórico de ocupação do bioma Cerrado por diferentes grupos sociais, gerando sentimento de pertencimento. Mazzetto enfatiza a importância desses grupos para a conservação do bioma. Sugere que a resistência, a articulação e o envolvimento das comunidades do Cerrado são formas de mantê-lo como bioma



vivo, além de enfatizar a importância das reservas extrativistas para os povos do Cerrado e para a sua fauna e flora. É relevante acentuar que, mais que a criação destas reservas, o autor afirma que se deve dar destaque ao bioma por causa da sua diversidade e da sua importância hídrica, além da diversidade cultural construída no território por suas comunidades tradicionais.

O agrônomo brasileiro Luiz Carlos Pinheiro Machado sustenta no Capítulo 7 “As necessidades humanas, os saberes, a utopia: A agroecologia, o cerrado e sua proteção” que a origem da Agroecologia está na Agronomia, como uma visão ecológica sobre a forma de produzir alimentos. Pinheiro Machado afirma que deve haver o resgate de saberes não a partir de uma transição, mas a partir de uma ruptura com a forma convencional de produção de alimentos. Para isso, acredita que deve haver outro sistema capaz de atender às exigências de uma ruptura social e econômica e produzir alimentos em escala. Explora então o potencial do Pastoreio Racional Voisin para a bovinocultura, com manejo de pastagens a partir de fundamentos inseridos em uma dinâmica fisiológica para a não degradação ambiental e com garantia de alimento para os animais, como processo que se insere na agroecologia. Ele dá maior sustentabilidade ambiental e retorno produtivo para a criação de animais e plantas, contribuindo para preservação do meio ambiente. O autor enfatiza a importância do Cerrado, como bioma que abriga grande diversidade florística e enorme importância hídrica, chamando a atenção para urgência de proteger e melhorar formas de agricultura aí praticadas, quebrando as ações predatórias de retirada de vegetação original, plantio de monoculturas e formação de pastagens.

Francisco Roberto Caporal, agrônomo e extensionista rural da EMATER/RS-Ascar, no Capítulo 8, “Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações”, expõe a crise socioambiental e os limites ecológicos do modelo de desenvolvimento agrícola surgido a partir da “Revolução Verde”. Afirma que a transição agroecológica deve ocorrer de forma transformadora, a partir de abordagem transdisciplinar, ou seja, deve abordar não só elementos separados entre si, mas de forma sistêmica. Alimentos, biomas, povos, economia e políticas públicas devem interagir em suas práticas e reflexões. A partir da Articulação Brasileira de Agroecologia (ABA), Caporal propõe a elaboração de um Plano Nacional de Transição Agroecológica como estratégia que contribua de forma sistemática para a segurança e a soberania alimentares. Esse plano poderia ajudar no surgimento de outro modelo de desenvolvimento rural, já que entre as suas premissas estão a reforma agrária, a mudança em educação e no ensino, a reformulação de políticas públicas e de critérios de crédito e investimentos rurais. Por fim, o livro apresenta anotações elaboradas por Flavio Murilo Pereira da Costa, Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro. Elas contribuem para o debate ao voltar aos principais temas tratados no seminário e nos capítulos, sinalizando alguns pontos da discussão sobre uma superação da modernização ocorrida na agricultura.

A coletânea contém uma reflexão sobre o modelo de agricultura atual e busca os caminhos de sua transformação em nome da segurança e soberania alimentares. A

obra é importante ferramenta de estudos sobre a problemática de produção de alimentos, com propostas de transição ou ruptura, que respeitam a natureza e as culturas e possam trazer justiça social e econômica. Ressalta ainda a afirmação de políticas públicas e decisões políticas como pontos de debate sobre agricultura e desenvolvimento. No entanto, considera-se imprescindível o aprofundamento do debate acerca do desenvolvimento em si, não presente no texto e que, em sua essência, contradiz a transformação na agricultura para a sustentabilidade ambiental e social. Na maioria dos textos apresentados, há a afirmação da agroecologia para o desenvolvimento rural sustentável.

Faz-se necessário um debate mais abrangente, acerca de como o assim denominado desenvolvimento tem, historicamente, excluído elementos sociais, culturais e ambientais, somente servindo de aporte ao crescimento econômico. A agroecologia, se posta tanto como transição quanto como ruptura, não deveria estar inserida em uma lógica de desenvolvimento, pois não demanda potencial econômico acima dos demais, mas reconstrói a lógica econômica estabelecida mundialmente. Tanto a ruptura quanto a transição possuem propostas crescentes em mudanças para segurança e soberania alimentar. Ambas dialogam com saberes já existentes e buscam o resgate de ancestralidades na agricultura, fragmentadas pelo desenvolvimento. O desenvolvimento possui o poder de rompimento de saberes, pois segue uma lógica do capital e de modelos agroalimentares fechados e lineares. Propõe-se que não seja permitido que este desenvolvimento se vista com qualquer adjetivo, mas que seja questionado, como elemento claramente contrário a uma outra proposta real do que deveria ser sustentável.

